

PETROPOLITANAS

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Manifestação da OAP Petrópolis segue as críticas da OAB Nacional

OAB Petrópolis repudia declarações do Presidente Lula

A 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que representa Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, divulgou uma nota pública em que manifesta repúdio às declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre advogados criminalistas. A entidade afirma que as falas demonstram “desconhecimento sobre o papel essencial da advocacia criminal” e reforça que a atividade é indispensável para o funcionamento do Estado Democrático de Direito. No posicionamento, a subseção informa que acompanha o entendimento da OAB Nacional e destaca que a advocacia criminal exerce uma função constitucional ao assegurar o direito à defesa, ao contraditório e ao devido processo legal. “A defesa técnica, livre e independente, é garantia constitucional e pilar da Justiça. Atacar os advogados é atacar a Constituição e o próprio Estado de Direito”, cita um trecho da nota divulgada pela OAB Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto.

Nota OAB Nacional

O posicionamento da subseção acompanha a manifestação da OAB Nacional. Em nota, o presidente da entidade, Beto Simonetti, afirmou que o advogado criminalista “não defende o crime; defende a Constituição, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa”. Simonetti também declarou esperar uma retratação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o devido respeito à advocacia criminal, ressaltando que a função é essencial à administração da Justiça e à preservação do Estado Democrático de Direito.

OAB-RJ



Beto Simonetti, presidente do Conselho Federal da OAB

Recomendação referente ao El Niño

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) expediu uma recomendação para os municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, para que adotem e comprovem medidas preventivas por conta do fenômeno do El Niño. Segundo o MPRJ, estudos de órgãos de meteorologia estaduais e federais indicam alta probabilidade de um El Niño, no segundo semestre de 2026, com possibilidade de se tornar muito forte até o fim do ano. O fenômeno climático pode aumentar o risco de chuvas intensas, deslizamentos de terras, alagamentos e até ondas de calor.

Prazo para medidas

O MPRJ pede que as secretarias municipais de Meio Ambiente e de Defesa Civil comprovem em até 30 dias, que os municípios tenham um planejamento adequado para enfrentar os impactos do El Niño. Na última quarta-feira (29), uma forte ventania atingiu o estado do Rio de Janeiro, incluindo a cidade de Petrópolis. Na ocasião, nenhuma grave ocorrência foi registrada no município.

Posicionamento I

Em nota, a Prefeitura de Petrópolis ressaltou que vem monitorando a questão do fenômeno El Niño e acompanhando as atualizações da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA), que indicam a ocorrência de um El Niño muito forte entre os meses de novembro de 2026 e janeiro de 2027.

Posicionamento II

A administração municipal reforçou ainda que as medidas para enfrentamento de episódios de chuvas intensas fazem parte do Plano de Contingência para Chuvas Intensas Verão 2025/2026 que está vigente. O documento está disponível no site da Prefeitura. O novo Plano Verão 2026/2027 já está sendo elaborado e será divulgado em novembro.

Reunião

A Comissão Especial da Turp realizou uma reunião extraordinária para discutir o incêndio ocorrido em um ônibus do transporte coletivo de Petrópolis e definir medidas para apurar o caso e ampliar a fiscalização das condições da frota. Entre os encaminhamentos, estão a solicitação do último laudo de vistoria do veículo envolvido, identificado pelo número 6315.

Documentos e laudo

Também foi solicitado os documentos referentes a toda a frota dos últimos 16 meses. A comissão também solicitará informações ao Corpo de Bombeiros, dados sobre uma possível perícia técnica e esclarecimentos sobre imagens das câmeras internas do coletivo. Os vereadores ainda aprovaram a convocação do interventor responsável pela concessionária.

Convocações

Representantes da CPTrans também foram convocados para prestar esclarecimentos sobre as condições dos veículos, as providências adotadas e o planejamento do transporte coletivo durante o período de intervenção. O objetivo é ampliar o acompanhamento, identificar possíveis falhas e cobrar medidas concretas.

Vagas

O Balcão de Empregos da Prefeitura de Petrópolis oferece nesta semana 67 oportunidades de trabalho. As vagas estão disponíveis desta segunda-feira (03/08) até sexta-feira (07/08), e os candidatos podem realizar o cadastro dos currículos por meio do site da Prefeitura de Petrópolis. (<https://www.petropolis.rj.gov.br/>)



Comitê Piabanha já recomendou a suspensão do licenciamento

Manifesto pede transparência na liberação de licenciamentos

Discussão veio à tona após liberação de um empreendimento em Corrêas

Por **Leandra Lima**

O Instituto Philippe Guédon (IPG) lançou um manifesto em que pede transparência no planejamento urbano de Petrópolis. O comunicado expressa preocupação com a liberação de licenciamentos para grandes empreendimentos na cidade até que sejam devidamente revisados e atualizados o Plano Diretor Municipal e os demais instrumentos de planejamento e controle urbano.

A discussão veio à tona após notícias de um licenciamento concedido pela Prefeitura para a criação do conjunto habitacional de interesse social destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida, previsto para ser instalado em um terreno situado em Corrêas, no número 4.024, próximo ao Rio Piabanha. O IPG destacou que a cidade enfrenta um cenário de severa desatualização dos instrumentos de planejamento, como a revisão do Plano Diretor, do Código Ambiental Municipal, dos Planos Setoriais e do Plano Municipal de Redução de Riscos.

Em relação ao Plano Diretor, o instituto destacou que ele é fundamental para garantir o crescimento ordenado e o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, orientando as políticas públicas. O plano está vencido desde março de 2024 e, da forma como se encontra atualmente, elaborado há mais de 12 anos, já não reflete a realidade nem os desafios contemporâneos da cidade.

Sobre a construção, outras organizações, como o Comitê Piabanha, já recomendaram a suspensão do licenciamento até que sejam devidamente revisados e atualizados o Plano Diretor Municipal e os demais

instrumentos de planejamento e controle urbano.

O manifesto ressalta que, mesmo diante da carência desses instrumentos públicos, o município continua a licenciar grandes empreendimentos. “Paralelamente a esse vácuo legal, o município avança com projetos urbanos de grande impacto, como revisões pontuais de leis de uso do solo e autorizações excepcionais, sem qualquer amparo em um Plano Diretor vigente. Observa-se a total ausência de estudos técnicos que fundamentam tais alterações, bem como a falta de um debate público adequado”, aponta o relato.

Outro ponto destacado pelo instituto é que o intuito da carta é promover a gestão participativa por meio da divulgação de informações e do estímulo para que a sociedade civil se engaje mais nos assuntos que afetam toda a população. “A questão da transparência, divulgação dos estudos de impacto que embasam decisões de liberação de licenças etc., tudo isso deve fazer parte do que a administração pública informa ao cidadão”, contou Cleveland Jones, presidente do IPG.

A Prefeitura de Petrópolis se posicionou sobre o assunto, pontuando que respeita a manifestação de todas as entidades da sociedade civil e considera o debate público fundamental para o aperfeiçoamento das políticas urbanas. “No entanto, é importante esclarecer que o processo de análise e aprovação de empreendimentos segue rigorosamente a legislação vigente, com avaliação técnica realizada pelos órgãos competentes da Administração Pública e, quando necessário, pelos órgãos ambientais responsáveis”, ressaltou, em nota.